

Aula 5

A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

META

Pretendo com esta aula apresentar as diferentes formas que assumiram o processo de formação e transmissão cultural na América portuguesa.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- entender a natureza do trabalho dos jesuítas na América portuguesa;
- explicar como se dava a formação educacional e cultural dos variados segmentos da sociedade colonial;
- avaliar a reforma educacional processada sob a administração do Marquês de Pombal.

PRÉ-REQUISITOS

Para uma melhor compreensão desta aula, você precisa da leitura das aulas anteriores e de conhecimentos básicos sobre o período colonial brasileiro.

Marcos Silva

INTRODUÇÃO

Pois então, companheiro(a), vamos agora apresentar a educação na terra tupiniquim! Vou tomar como marco inicial o processo de colonização portuguesa. Portanto, não vou tratar da educação na sociedade indígena, nem entre os negros na África, antes da intervenção violenta do branco europeu sobre esses dois povos. Escolho o processo que irá desembocar na educação formal, conforme vimos suas origens nos tempos modernos.

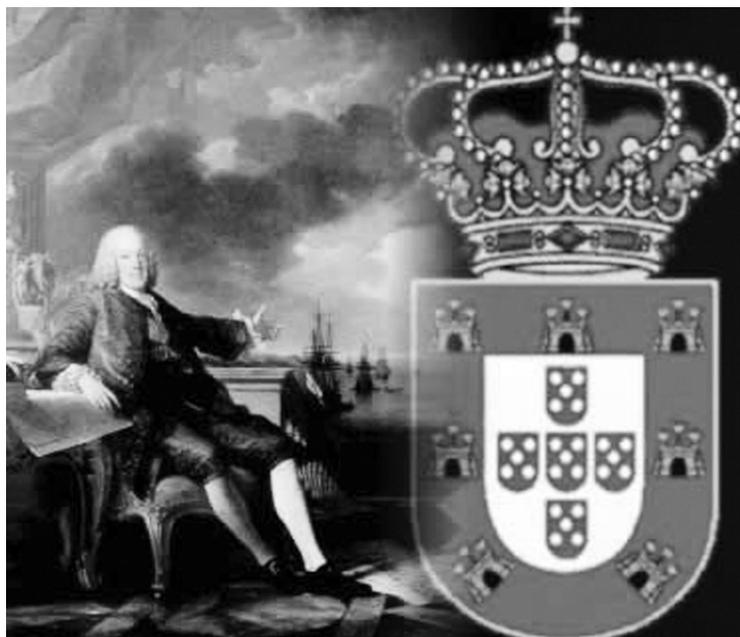


Jesuítas catequizando os Índios (Fonte: histedbr).

Outro detalhe que desejo esclarecer: a escola naqueles tempos primitivos não contava com a importância social que a sociedade atual costuma lhe conferir. Nem entre a classe dominante e muito menos entre os destituídos. A luta pela sobrevivência era tão extenuante, além dos empecilhos criados pela administração metropolitana à educação, que poucos alimentavam sonhos em relação aos estudos.

De um modo geral, vão predominar os processos informais de transmissão cultural. Vamos tentar identificá-los. Algo parecido com a escola moderna ficará por conta das ordens religiosas católicas, sobretudo a dos jesuítas. Também não podemos esquecer o processo de catequização dos curumins e da educação das meninas.

Para finalizar, vou apresentar para vocês o significado da intervenção do Marquês de Pombal (1699 – 1782) sobre a educação da América portuguesa durante sua administração sobre o governo português, cujo marco principal foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e dos territórios sob seu domínio em 1759. A partir daí, o Estado português assumiu a responsabilidade direta pelos esforços de educação. Quais foram os resultados?



As reformas de Pombal visavam modernizar a administração da Coroa Portuguesa.
(Fonte: <http://www.brasilecola.com>).

Bem, lembre que o processo histórico amplo que estou lhe apresentando é o do desenvolvimento da modernidade e, mais particularmente, da modernidade educacional. Assim, devo-lhe adiantar que a incorporação da América portuguesa à modernidade se fará sob o crivo seletivo da metrópole dominada pela mentalidade católica da contra-reforma. Portanto, não espere encontrar por estas terras todas as novidades, em pensamento e práticas, que os tempos modernos vão introduzir na escola. Aqui as novidades vão chegando conforme os interesses do colonizador permitem.

A INFLUÊNCIA ESMAGADORA DA COSMOVISÃO CATÓLICA

Um fato determinante no processo de colonização do Brasil foi a influência esmagadora da cosmovisão católica portuguesa sobre todos os aspectos do agir humano. A cultura portuguesa da época norteava-se pela idéia de sacralidade da sociedade: tudo pertencia à esfera do sagrado e se submetia ao governo do Rei e do Papa. Não havia separação entre a fé e o poder político. No dizer de José Maria de Paiva, estudioso da educação colonial, na sociedade quinhentista portuguesa a religião não era uma forma de comportamento social; era a forma de todos os comportamentos.



Selo comemorativo a Madalena Caramuru – Primeira mulher alfabetizada no Brasil. Elaborado pelo artista Ricardo Cristofaro. Dados históricos fornecidos à Empresa de Correios por Arilda Inês Miranda Ribeiro. Lançado em 14/11/2001 (Fonte: HISTEDBR).

Assim, quando em 1549 Tomé de Sousa (1503 – 1573), o primeiro Governador Geral, desembarcou em Salvador, vieram com ele o Padre Manuel da Nóbrega e outros cinco jesuítas. Eles estavam a serviço do rei e seu objetivo principal era “aportuguesar” o índio. Segundo Paiva (1982, p. 2) “aportuguesar implicava situá-los socialmente: arranjar um lugar e um papel para os índios dentro da sociedade portuguesa.” Bem, fala-se que eles vieram para o Brasil “catequizar” os índios. Mas, aportuguesar e catequizar, em última instância, dava no mesmo: tornar cristão, posto que não se concebia ser português sem ser cristão católico.

A LUTA PELO CONTROLE POLÍTICO

A luta pelo controle político e das consciências, entre a Igreja Romana e o Protestantismo, ocorreu de várias maneiras e em momentos diferentes. O Concílio de Trento (1545-1563), efetuou as reformas internas que o Catolicismo precisava, conformando sua doutrina e tomando medidas para corrigir os abusos do Clero.

No campo de guerra, iniciou-se primeiramente nos Países Baixos, onde Filipe II procurou extinguir o protestantismo entre 1567 e 1609, resultando em uma vitória para o protestantismo. Na Alemanha, ocorreu com a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Na França, ocorreu a eliminação dos Huguenotes (Noite de São Bartolomeu, 24 de Agosto de 1572).

No campo das mentalidades, além da ação diplomática e missionária destacou-se a obra educacional. A Sociedade de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola (1491-1556) representou o principal mecanismo católico de operação educacional.



Sessão do Concílio de Trento (Fonte:<http://pt.wikipedia.org>).

No período de 1549 a 1600 vieram para a América portuguesa uma centena de jesuítas. A metodologia que se revelou eficiente para a conversão do indígena foi o aldeamento. A aldeia reunia os índios para serem doutrinados, para o trabalho, para a defesa, para a oração. Possibilitava assim, controle sobre o nativo e suas atividades. Segundo Paiva (1982, p. 12), “o processo de desintegração sociocultural encontrou na aldeia o elemento catalisador por excelência.”



Aldeia Missionária - século XVII (Fonte: HISTEDBR)

Já lhe apresentei, na aula anterior, o porquê da preferência dos jesuítas pelo trabalho com o curumim. Gilberto Freyre (2000, pp. 214, 215) afirmou que o curumin “tornou-se o cúmplice do invasor” na obra de tirar à cultura nativa sua essência, tornou-se o inimigo dos pais, dos pajés e dos costumes nativos. Os jesuítas operaram uma inversão: “no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem;...” “A posse do curumim significava a conservação, tanto quanto possível, da raça indígena sem a preservação de sua cultura.”

Agora, vou-lhe explicar em que consistia o trabalho da catequese que era feito nas aldeias. O conteúdo da catequese era a doutrina cristã e através desta ocorria a imposição dos costumes portugueses. Os instrumentos da evangelização e catequese foram os mais variados e reproduziam a liturgia católica. O principal foi o batismo, a porta de entrada na sociedade portuguesa. Mas, os jesuítas utilizavam-se também da comunhão, das devoções (ladainhas, terço, orações) e das missas como instrumentos de evangelização. Quando o nativo se batizava, recebia um outro nome, um nome português. Para você, qual é o significado de se trocar o nome de uma pessoa?

PERÍODOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

Saviani (2004, pp. 126 a 129) divide a “educação colonial no Brasil” em quatro fases distintas:

1. A Primeira Fase corresponde ao período heróico e abrange de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas, até a morte do Pe. Manuel da Nóbrega, em 1570;
2. A Segunda Fase abrange o período de 1570 a 1759 e corresponde ao período de domínio da educação colonial pela Companhia de Jesus;
3. A Terceira Fase, de 1759 a 1808, corresponde ao período sob influência da reforma educacional do Marquês de Pombal;
4. A Quarta e última Fase abrange o período joanino, de 1808 a 1822.

Apesar desta periodização da História da educação na América portuguesa girar em torno do trabalho dos jesuítas, não se deve olvidar a presença e o trabalho educacional de outras ordens religiosas neste período de nossa história. Aqui também atuaram franciscanos, beneditinos, carmelitas, oratorianos e outras ordens menores. Por exemplo, Gilberto Freyre destaca que o espírito prático dos franciscanos determinava o maior interesse destes em ensinar aos índios artes e ofícios manuais de tal modo que eles se tornassem artífices e técnicos.

Mas, nem só de religião viviam as aldeias. Os padres também se esforçavam por fazer os índios aprenderem a ler, contar, escrever e soletrar. Só que o indígena não tinha interesse nenhum por tais exercícios. Interessavam-se

pelas lições de canto e música, pelas encenações com motivos religiosos, pela aprendizagem de ofícios manuais.

As missões reproduziam o regime de internato dos colégios que formavam os padres. Na verdade, elas alteravam todo o sistema de vida dos nativos. Os índios eram segregados e as mulheres separadas dos homens. Todos eram vestidos de camisolas de algodão branco e submetidos à inspeção de corregedores eleitos periodicamente. Dois jesuítas exerciam as funções paroquiais e inspecionavam os trabalhos, Freyre (2000, p. 236). Muitas vezes o interesse material na exploração do trabalho indígena ultrapassava o interesse missionário de catequese.

Fazendo um balanço da obra dos jesuítas junto aos nativos, é possível afirmar que os efeitos de seu trabalho de catequese sobre os índios foram a degradação da raça e a desintegração dos valores nativos.



Se aos colonos portugueses competia conquistar a terra, aos jesuítas cabia a árdua tarefa de sujeitar a alma indígena – e Anchieta intimidava-a no palco com as chamas do inferno (Fonte: (<http://hemi.nyu.edu>)).

AS ESCOLAS DOS JESUÍTAS

O que podemos saber sobre o cotidiano das escolas dos Jesuítas nos primeiros anos da colonização? Os relatos do Padre José de Anchieta trazem informações importantes. As condições das escolas da Bahia e de Piratininga eram precárias. Sobre o prédio da escola ele informa: “‘tinha setenta e nove palmos de comprimento e vinte e nove de largo’, divididos em uma área de ‘estudo, um dormitório e um corredor e uma sacristia’. Dormiam aí, padres e irmãos ‘assaz apertados’. A cozinha, o refeitório e a despensa serviam aos jesuítas e às crianças. Em salas separadas, lia-se gramática e ensinava-se a escrever.” Priore (1996, pp. 18 e 19).

No que diz respeito à alimentação das crianças, o alimento mais abundante era a farinha de mandioca. Também comiam carne de macaco, de corça e pescado. Utilizavam legumes, favas, folhas de mostarda e abóbora. De um modo geral, os índiozinhos alimentavam-se da caça e do extrativismo vegetal.

Como lazer, restava o banho de rio e algumas brincadeiras ensinadas pelos jesuítas. Cultivava-se a música, o canto e a dança. Instrumentos musicais foram trazidos da metrópole para a encenação de espetáculos, procissões e ladainhas. O objetivo era cooptar as crianças.

A EDUCAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE NA AMÉRICA PORTUGUESA

Mas, interessa-nos também conhecer o colégio jesuíta e a educação que era voltada para os filhos dos colonizadores. Segundo José Maria de Paiva, só é possível compreender o papel dos colégios, se tivermos em mente o que significava viver na colônia àquela época. Na caracterização que faz da existência por aqui no período que vai do século XVI ao XVIII, Paiva (1982, p. 3) imagina um ambiente caracterizado pelo isolamento territorial, de perigo iminente, do desafio de conviver com mão-de-obra escrava, de guerras contra índios e estrangeiros, de execuções sumárias. E pergunta: “Como ensinar latim aos filhos dessa gente?”

Stuart B. Schwartz (1988, p. 240), que estudou a sociedade colonial baiana afirmou que “a educação dos filhos de senhores de engenho limitava-se o mais das vezes aos rudimentos da leitura, escrita e aritmética. As primeiras lições eram dadas em casa, onde o padre residente ou algum parente alfabetizava a criança. A educação das meninas muitas vezes terminava aí; a dos meninos continuava no Colégio Jesuíta de Salvador, (alguns cursos também eram oferecidos pelos carmelitas e franciscanos) com teologia, latim e as outras matérias do currículo barroco”.

O currículo do colégio jesuíta constava de Latim, Grego, Oratória, História, Geometria, Geografia, Literatura Clássica e Filosofia. Segundo

Paiva (1982, p. 4) os colégios representavam verdadeiras “fortalezas da cultura”. Nestas, era necessário elaborar uma interpretação religiosa da situação vivida pelos colonos portugueses, cristãos católicos, na América. Sua missão era justificar religiosamente a realidade da colonização: violência desmedida, escravidão e tantas outras práticas e interesses duvidosos. Para tanto, trataram de conformar os princípios aos interesses.



Ratio Studiorum, 1598 (Fonte:<http://sthweb.bu.edu>).

A Companhia de Jesus tomou como modelo de sua pedagogia os ginásios protestantes e, sob influência humanista, incorporou ao currículo a literatura clássica. O método pedagógico utilizado pelos jesuítas foi uma detalhada elaboração produzida pelo Geral da Ordem, Claudio Acquaviva, em 1599, chamado de Ratio Studiorum. Nesse documento, estão prescritas que práticas educacionais deveriam ser adotadas, o currículo dos cursos, como deveria ser a administração dos colégios, os métodos de ensino e a disciplina e como os professores da ordem deveriam ser formados.

Os princípios que norteiam o ratio studiorum podem ser assim resumidos: mente e espírito devem ser treinados numa relação. O estudante é um ser racional, cujo fim é Deus. O estudo dos clássicos gregos e latinos e a filosofia escolástica como parte essencial do currículo. Hierarquização dos assuntos. Organização dos objetivos. A importância da repetição para a aprendizagem (exercício cotidiano da memória) e uso da rivalidade como

estratégia pedagógica (torneios escolares). Estímulo à capacidade de escrever e de expressão oral. Interesse pessoal no contato com o aluno: Um educador é necessariamente um psicólogo. Avaliação do desempenho do aluno pela sua performance e utilização do teatro como estratégia didática, Maia (1986, pp. 61, 62). Segundo Saviani (2004, p. 127), “as idéias pedagógicas expressas no Ratio correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como Pedagogia Tradicional considerada, porém, em sua vertente religiosa.”

Bem, o mais interessante na proposta educacional jesuíta é que eles trabalhavam preferencialmente com o ensino secundário e superior, concentrando seus esforços no preparo de futuros membros da ordem e dos jovens da elite, preparando-os para exercerem a hegemonia política e cultural nas nações modernas. À Companhia de Jesus não interessava o trabalho com as classes populares.

Quanto ao ensino superior, embora nos colégios dos jesuítas houvesse este nível de ensino, este funcionava no sistema de seminários religiosos. A Coroa portuguesa considerava que a educação superior poria em risco os laços coloniais e, por isso, impediu a criação de Universidades na colônia. Assim, os filhos da elite que desejavam prosseguir seus estudos no nível superior eram encaminhados à Universidade de Coimbra. Com isso, reforçava-se a política portuguesa de manter a dependência da colônia em relação a essa universidade.

Segundo Schwartz (1988, p. 240), entre 1772 e 1822, a Bahia enviou 230 estudantes a Coimbra. Um número superior a qualquer outra capitania da colônia. Porém, apenas cerca de vinte destes provinham de famílias ligadas à atividade açucareira ou se tornaram senhores de engenho. As pessoas com formação superior eram quase exclusivamente clérigos, advogados e altos funcionários da Coroa portuguesa.



Leia a avaliação abaixo que Frederick Eby fez do trabalho dos jesuítas e procure analisar como foi o relacionamento dos jesuítas com a modernidade educacional.

“Conquanto o sistema jesuítico seja, indubitavelmente, o mais perfeito jamais idealizado e praticado para controlar a personalidade humana por doutrinação, e conquanto tivesse sido um fator de difusão na educação de países católicos e até certo ponto mesmo nos protestantes, só pode ser considerado como o elemento ultraconservador na evolução da educação moderna. A Sociedade não tinha mensagem para a metade feminina da espécie. Por certas razões, ardentemente discutidas, limitou-se à educação de meninos acima de dez anos de idade. Esse desprezo pela educação primária

e elementar ocorreu numa época em que tanto a filosofia católica quanto a protestante acreditavam que as atitudes da criança eram determinadas antes dos sete anos de idade. Mais uma vez a filosofia jesuítica, rigidamente, exigia controle exclusivo na formação do menino, e não a dividiria com a influência do lar ou de qualquer outra instituição. De forma mais significativa ainda, a Ordem não tinha programa para a educação das massas. Mesmo a Igreja, para a qual tinha sido organizada com intenção de servi-la com absoluta dedicação, incomparável em toda a história humana, não aprovou sua obra. Muito menos se adaptou à corrente irresistível para o esclarecimento de toda a humanidade.

À Sociedade deve ser atribuída a iniciação da formação de professores e a assistência missionária em terras pagãs, e o estabelecimento de colégios na América Latina e outros países.” (EBY, Frederick. História da Educação Moderna. Porto Alegre: Globo, 1962, p. 97-98).

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Nos séculos XVI e XVII, a Europa Ocidental vivia uma verdadeira evolução social. As transformações técnicas, no modo de pensar e nos costumes já foram apresentadas nos últimos três capítulos. Em Portugal, reconheciam-se estas transformações. Mas, a cosmovisão católica predominante cobrava uma solução de compromisso com o instituído. Em função disso, a Coroa portuguesa privilegiou o trabalho dos jesuítas. Nisso reside a chave para entender como os jesuítas responderam aos desafios da modernidade, especificamente a modernidade escolar..

A EDUCAÇÃO DA MULHER

Escrevendo a respeito das “Famílias e Vida Doméstica” no volume sobre “Cotidiano e Vida Privada na América portuguesa”, Algranti (1997, p. 120) mostra que foi a cunhã, na ausência da mulher branca, a responsável pela organização da vida doméstica nos primeiros tempos da colonização. Por sua vez, Gilberto Freyre detalha as contribuições da cultura indígena transmitidas pela cunhã, desde o asseio pessoal, diversos alimentos, a rede de dormir, o óleo de coco para os cabelos, até animais domésticos.



Fotografia de sala de aula feminina que ilustra o livro *Histórias da nossa terra*, de Julia Lopes de Almeida, publicado em 1907.

Posteriormente, vieram as portuguesas que contaram com a ajuda das escravas negras na tarefa de administrar as “vivendas rurais”. Toda a educação da mulher era voltada para o casamento. Assim, a sua educação girava em torno do trabalho manual, para o desempenho das funções da administração doméstica. Portanto, as mulheres permaneceram predominantemente analfabetas em todo o período colonial.

Pouco espaço havia para a mulher exercer sua liberdade. Ela vivia confinada aos lares. O único local para onde ela podia se dirigir, com relativa liberdade, era à igreja. No que elas aproveitaram bastante para se envolverem com o serviço e festas religiosas, as procissões e irmandades.

Algumas meninas, porém, conseguiam escapar a essa situação de analfabetismo. Eram aquelas que eram enviadas para os conventos em Portugal ou nas ilhas atlânticas. Apesar de nos conventos, a leitura se concentrar em obras de devoção o ingresso na vida conventual, significava uma alfabetização. Mas, com o tempo, a ida de jovens senhoritas para os conventos do Reino foi tão intensa que, no início do século XVIII, chegou-se a temer que todas as moças do Brasil se tornassem freiras. Com o tempo, fundaram-se conventos e casas de recolhimento no Brasil. Estes, porém, eram regidos por regras estritas que também tinham como objetivo o preparo da esposa e mãe.

A REFORMA POMBALINA DA EDUCAÇÃO

Por mais que fosse conservadora e influenciada pela mentalidade católica retrógrada, a sociedade portuguesa não poderia ficar imune às influências do movimento histórico por que passou a Europa Ocidental a partir do século XVI. Predominava na Península Ibérica um “modelo

tridentino – jesuítico – inquisitorial”, enquanto as “nações polidas da Europa” já vivenciavam a influência da ciência newtoniana, do racionalismo e do empirismo filosófico.



Gravura que satiriza o desamparo dos jesuítas ao serem expulsos da colônia.
(Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br>).

Quando chegou o século XVIII, o século das Luzes, a elite ilustrada portuguesa se viu na obrigação de proceder uma atualização do país. Sob a liderança do secretário de Estado de D. José I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699- 1782), o governo português tomou a iniciativa de modernizar o sistema educacional do país.

Foi organizada uma equipe de especialistas portugueses, intelectuais iluministas, como Luís Antônio Verney (1713-1792), erudito e pedagogo, Ribeiro Sanches, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, sob a chefia do Marquês de Pombal, com o encargo de propor um plano para implantar o ensino de acordo com os parâmetros da modernidade. Por trás disso, estava a proposta de secularizar a sociedade e criar as condições para a laicização do Estado e o progresso do reino português.

A reforma do ensino em Portugal se deu em duas fases: A primeira foi a “Reforma dos Estudos Menores”, em 1759 e correspondia às mudanças no ensino primário e secundário. A segunda, a “Reforma dos Estudos Maiores”, em 1772, com a reformulação do funcionamento da Universidade de Coimbra.

A grande medida de impacto foi a expulsão da Ordem de Jesus de Portugal e suas colônias, em 1759. Comentando a saída dos jesuítas do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda afirma que as conseqüências no campo educacional foram desastrosas. Um ensino pouco eficiente foi suprimido, mas que não foi substituído por outro. Outras ordens religiosas e leigos se encarregaram do ensino e, Portugal, apesar de oficialmente haver assumido o controle da educação em todo o seu território, continuou sem gastar com a instrução na colônia da América. O ensino de nível médio foi substituído pelas aulas régias, significando o esfacelamento desse nível de instrução. A única vantagem foi a introdução de novas disciplinas, antes ignoradas como as línguas vivas, matemática, física e ciências naturais. Holanda (1987, p. 366).

As chamadas “aulas régias” convertiam a escola em uma “unidade de ensino com um professor”, Cardoso (2004, p. 187). Em contraposição ao ensino religioso, “aulas régias” significavam as aulas que pertenciam ao “Estado”. Eram cadeiras avulsas de ensino das humanidades. Por meio de concursos públicos, escolhiam-se os professores régios das diversas disciplinas que ministravam as aulas em suas próprias casas. Em 1772, foi criado um imposto chamado de “subsídio literário” para financiar os estudos menores. O sistema só começou a funcionar, no Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1774, com a instalação da Aula de Filosofia Racional e Moral. A previsão da legislação portuguesa era de 44 professores régios para a colônia brasileira, assim distribuídos por disciplinas: aulas régias de Primeiras Letras (17 professores); Aula Régia de Latim (15 professores); Aula Régia de Grego (3 professores); Aula Régia de Retórica (6 professores) e Aula Régia de Filosofia (3 professores). O maior número de cadeiras era para Pernambuco, com onze cadeiras, depois a Bahia, com dez e em terceiro lugar, o Rio de Janeiro, com sete aulas régias, Cardoso (2004, p. 186).



O largo do Terreiro de Jesus, onde ficava a Escola de Cirurgia da Bahia, retratada por autor desconhecido, entre o fim do séc. XIX e o início do sec. XX. Coleção de Joaquim Teixeira Lopes. (Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br>).

Como é possível perceber, a reforma pombalina da educação efetivamente não vingou. Somente com a vinda da família real portuguesa, em 1808, é que se inaugurou uma nova época na educação da América portuguesa. As novas condições político-econômicas determinaram novas orientações para o ensino. D. João VI viu-se obrigado a fundar o ensino superior no Brasil, face às necessidades práticas da instalação da sede do Governo português no território brasileiro. Assim, foram criados cursos superiores para a formação de engenheiros e médicos na Bahia e no Rio de Janeiro. Também foram criados cursos de Economia, Agricultura, Desenho Técnico, Química e de Pintura, Escultura e Arquitetura. O objetivo era atender às necessidades da administração do Reino e não à sociedade. Concentrou-se no ensino, negligenciando a pesquisa e pouco contribuiu para o efetivo desenvolvimento do país.

CONCLUSÃO

Um balanço da educação na América portuguesa nos obriga a considerar que os processos de transmissão cultural, extremamente determinados pela visão da sacralidade da sociedade, foram controlados por uma Igreja Católica que vivenciava uma guerra ideológica contra a Reforma Protestante e que buscou no recrudescimento do controle das consciências uma forma de preservar o domínio dogmático da população sob o governo dos países ibéricos. Não havia liberdade para a circulação de idéias e livros. Predominou o aprender-fazendo, enquanto o ensino escolar, nas mãos de ordens religiosas católicas, não acompanhou a evolução da escola moderna no que diz respeito a currículos e métodos. Assim, a educação na América portuguesa, prisioneira da orientação religiosa, era baseada na repetição, reprodutivista, ornamental e retórica.

Porém, o alcance social do ensino foi extremamente limitado. Na verdade, o ensino oferecido nos colégios das ordens religiosas era elitista e marginalizava as mulheres. Ao final do período colonial, quando a Coroa portuguesa assumiu a responsabilidade direta pela Educação, com a instalação do sistema de aulas régias, apenas 2,5% da população de homens livres de uma capitania como São Paulo estavam incluídos no sistema educacional. Apesar de não haver estatísticas sobre o analfabetismo na América portuguesa do início do século XIX, se na metrópole este era calculado em torno de 60% de analfabetos na população, é possível afirmar com segurança que esse percentual era bem superior no Brasil. Bem, parece que o sistema educacional planejado pelas autoridades metropolitanas atingiu o seu objetivo para a América portuguesa: criar um país católico e ignorante.



RESUMO

A colonização da América portuguesa iniciou-se num momento em que a Europa Ocidental vivenciava o início de um longo processo de transformação. Em plena época moderna, porém, a Península Ibérica se notabilizou por ser o baluarte de uma sociedade arcaica dominada por uma cosmovisão teocêntrica exacerbada que determinava o comportamento ultraconservador das pessoas. De tal forma que, na metrópole portuguesa, a partir do “padroado régio”, a religião era comandada pela Coroa. Assim, a igreja católica foi co-participante do processo de colonização do Brasil. Sua tarefa era considerada tão importante quanto a de qualquer outro setor da Coroa. Os reis de Portugal estavam tão interessados em manter a colônia da América sob o signo da cruz quanto em obter lucros com o comércio de produtos coloniais. Assim, os jesuítas foram encarregados de catequizar a população indígena e zelar pela pureza da fé em nosso território. Bem, os resultados para a população de nativos não poderiam ser piores, enquanto os negros foram abandonados pelos jesuítas ao sabor dos interesses dos colonizadores, tratados como seres que não possuíam alma.

Entre os brancos colonizadores, cuja educação esteve a cargo dos jesuítas e de outras ordens religiosas, o sistema formal de educação não contava com reconhecimento social a ponto de justificar uma valorização maior. Predominou uma educação informal, transmitida no seio dos lares por pessoas mais intruídas ou por mestres artesãos que admitiam aprendizes ajudantes. A parte feminina da sociedade era educada pó meio de trabalhos manuais e visando ao preparo para o casamento. Algumas poucas meninas foram alfabetizadas quando enviadas aos conventos. Não sendo permitida a instalação de cursos superiores leigos na colônia, a única opção para os poucos que desejavam ingressar na Universidade eram os estudos em Coimbra. Em meados do século XVIII, em pleno século das Luzes, Portugal deu início a uma reformulação de todo o sistema educacional, cuja principal característica foi a laicização da educação através da expulsão dos jesuítas de seus territórios e o controle estatal da educação. Porém, essa reforma acabou por repercutir negativamente no Brasil, na medida em que desestruturou o pouco que havia de escolas existentes em nosso território.



PRÓXIMA AULA

O Império herdou dos três séculos de domínio português de nosso território um vazio quase total no que diz respeito à educação. Dessa forma, na próxima aula vou apresentar para você como foi enfrentado pelos nossos primeiros governantes o desafio de iniciar uma estrutura mínima para dotar o país de um sistema educacional.



AUTO-AVALIAÇÃO

Refleta assim: fiz uma leitura satisfatória do texto, a ponto de dizer que os objetivos propostos pelo professor-autor foram por mim alcançados? Pense também se houve, da sua parte, dedicação para cumprir a contento com as tarefas propostas. Em suma, responda em seu íntimo: fui capaz de perceber a natureza do trabalho dos jesuítas na América portuguesa; sou capaz de explicar como ocorria a formação educacional dos vários segmentos da população na América portuguesa; sou capaz de avaliar a reforma educacional implementada pelo marquês de Pombal?

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: MELLO E SOUZA, Laura de. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (organizadoras). **História e memórias da educação no Brasil**, vol. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- EBY, Frederick. **História da educação moderna**. Porto Alegre: Globo, 1962.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande; senzala**. 39 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GAUER, Ruth M. Chittó. O pensamento iluminista português e a influência na formação da intelectualidade brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (organizadoras). **História e memórias da educação no Brasil**, vol. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. Tomo II. 4 v. O Brasil monárquico. Declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. DIFEL, 1987.

- MAIA, S. J. Pedro. **Ratio Studiorum**: método pedagógico dos jesuítas. São Paulo: Loyola, 1986.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1982.
- MAIA, S. J. Pedro (org.) **Ratio Studiorum**. Método Pedagógico dos Jesuítas. São Paulo: Loyola, 1986.
- PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1982.
- SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as idéias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orga). **História e memórias da educação no Brasil**, v. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade Colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SUPER INTERESSANTE. **O lado feminino do Brasil Colonial**. Abril de 1994.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO DE SOUZA, Laura de (orga). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- WEHLING, Arno. A incorporação do Brasil ao mundo moderno. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orga). **História e memórias da educação no Brasil**, v. 1: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.